

“FLEXIBILIZAÇÃO” DO TRABALHO E ORGANIZAÇÃO SINDICAL

Antônio de Pádua Bosi

“A única potência social que os operários possuem é seu número. Mas a quantidade é anulada pela desunião. Esta desunião dos operários se engendra e perpetua por uma concorrência inevitável. Os sindicatos nasceram dos esforços espontâneos dos operários ao lutar contra as ordens despóticas do capital, para impedir ou ao menos atenuar os efeitos dessa concorrência, modificando os termos do contrato, de forma a se colocarem acima da condição de simples escravos”.

Karl Marx, 1866

O longo aprendizado das classes trabalhadoras nos países industriais culminou, no final do século XIX, em fortes organizações sindicais, algumas delas, inclusive, orientadas por programas socialistas de transformação social. Afinal, os trabalhadores souberam como tirar vantagem de conjunturas econômicas propícias mantendo conquistas em conjunturas adversas. Para tanto, utilizaram um arsenal vasto de luta organizada que ia da greve à quebra de máquinas. A resposta capitalista a essa situação foi o Taylorismo.

Pensado no final do século XIX e difundido no primeiro quartel do século XX como "método científico" para aperfeiçoar e intensificar a divisão social do trabalho e assegurar o controle total sobre o tempo do trabalhador, o Taylorismo revelou-se de fato numa estratégia burguesa para derrotar a resistência dos trabalhadores à exploração capitalista. Resumidamente, ele baseou-se na tentativa de separar definitivamente na produção de mercadorias *"as fases de planejamento, concepção e direção, de um lado, das tarefas de execução, de outro"*. A Burguesia esperava com isso aprofundar o processo de alienação do trabalhador de suas condições de sobrevivência, embrutecendo seu intelecto, transformando-o numa "coisa". Ao Taylorismo do início do século XX correspondeu o Fordismo, padrão de produção calcado na standartização dos artigos capitalistas. Desta forma, o aumento da produtividade no Fordismo deveria ser alcançado através de economias de escala, assim como da desqualificação, intensificação e homogeneização do trabalho. Esse processo deu origem ao trabalhador de massa, organizado em sindicatos burocratizados que negociam salários uniformes que crescem à medida dos aumentos na produtividade.

O Taylorismo e o Fordismo foram mostrados pela Burguesia como a forma mais adequada e racional de se organizar o trabalho visando altos índices de produtividade que repercutiriam positivamente para patrões e empregados. O discurso correspondente a eles - que tentava fazer crer ao trabalhador a existência de possibilidades concretas de melhoria das condições de vida - encontrou fértil terreno durante as décadas do entreguerras e do pós-segunda guerra. Porém, dois fatores concorreram desde o início colocando em questão essas estratégias burguesas: a) a resistência dos trabalhadores que se avolumava e rejeitava a organização e os

ritmos de trabalho impostos; b) a intensificação da concorrência capitalista. Portanto, à medida que a resistência operária causava danos à produção e a competitividade capitalista avançava corroendo a lucratividade, novos procedimentos de combinação da composição orgânica do capital eram adotados. Via de regra, a idéia residia em reduzir o gasto com mão-de-obra como maneira tanto de neutralizar a luta dos trabalhadores quanto de obter taxas maiores de mais-valia.

As primeiras experiências nessa direção levaram à adoção de um padrão de acumulação e de produção mais flexibilizado, fundado na incrementação da produtividade pelo viés tecnológico de baixa utilização de mão-de-obra. Na verdade, esta não foi uma escolha majoritariamente tomada por todos os setores do capital. Tentou-se, sabemos bem, o caminho mais curto, tentando restaurar a lucratividade através da intensificação do trabalho e da redução dos salários reais nos setores mais vulneráveis da força de trabalho (e também nos mais vulneráveis).

No Brasil, fez-se uma opção pela política continuada de arrocho salarial até mesmo nos setores competitivos internacionalmente -o automobilístico e o de eletro-eletrônicos em fins da década de 1970 e início da década de 1980. Os resultados foram desastrosos para o capital e as greves do ABC de 1979 e 1980 o mostraram bem. Em nível mundial, a automação, a robótica e a microeletrônica, desenvolvidas no interior do quadro que traçamos anteriormente como sendo extremamente recessivo, detonaram um processo de “desproletarização” de significativos contingentes de mão-de-obra especializada. A intenção trazida por padrões “flexíveis” queria, principalmente, jogar para fora as responsabilidades trabalhistas conquistadas pelos trabalhadores por meio de Constituição Nacional ou de Contratos Coletivos no decorrer das décadas do pós-guerra. Manter no âmbito da empresa apenas um núcleo de operários capazes de se desdobrarem em dez, doze ou até mesmo quatorze horas diárias de trabalho em torno de máquinas - ou no reparo de operários mecânicos (os robôs) -, passou a ser suficiente para o capital. As demais tarefas restantes como limpeza e peças componentes do produto final, por exemplo, eram terceirizadas ou subcontratadas de outras empresas por um preço bem abaixo daquele que teria de ser pago caso todos os operários labutassem sob um mesmo teto legislativo. Com essa política de desregulamentação do trabalho o capital aguardou uma recuperação.

A “flexibilização” do padrão de acumulação e de produção de capital justificou-se na necessidade imperiosa para o capitalismo de quebrar a espinha dorsal de um sindicalismo ameaçador em sua postura de inarredável defesa dos interesses econômicos dos trabalhadores. Dito de outra maneira, a “flexibilização” tem representado a desregulamentação de leis e pactos trabalhistas. Ela se caracteriza, portanto, por expulsar para a informalidade centenas de milhões de operários em todo o mundo - seja na forma de terceirização ou noutra qualquer. Esta característica não é tão original assim. Nos séculos da Revolução Industrial inglesa, séculos

XVIII e XIX, Marx chamou-nos a atenção para o fato de que a maquinaria deu cabo da manufatura e do artesanato enquanto padrões de produção predominantes para fazê-los renascer depois como seus apêndices e auxiliares. É um artifício recorrente. Não há segredos aqui.

Contudo, o fato é que a “flexibilização” na produção implicou fragilizações nos aspectos organizacionais da classe trabalhadora. A partir desse processo, a estrutura sindical sentiu-se pressionada pela fragmentação dos trabalhadores na base. De um sindicalismo por ramo, confederativo e centralizado na perspectiva da existência de Centrais Sindicais, transita-se para um sindicato por empresa, restrito às questões econômicas mais imediatas. Somado a este aspecto age com maior força ainda o desemprego, que pressiona os sindicatos a buscarem “soluções”. Esta é a base econômica do sindicalismo “reformista”, voltado à conciliação ideológica entre capital e trabalho e afeito à estratégia da negociação que tende a tomar conta do cenário oficial da organização dos trabalhadores. O consenso entre as direções sindicais é definido acerca da questão da diminuição dos empregos devido à introdução de novas tecnologias e métodos de gerenciamento que exigem e determinam longas jornadas de trabalho - tão comuns ao período dos padrões “flexíveis” de acumulação de capital. A pressão exercida por esses novos padrões “flexíveis” impõe uma desregulamentação sem precedentes, transformando a chantagem da demissão na principal arma de combate em favor do capital. Como exemplos disto, temos recentemente na década de 1990 o sindicalismo italiano acertando com o governo federal reestruturações na Previdência Social em nome da preservação dos empregos. Ou ainda, o sindicalismo francês “flexibilizando” os salários (reduzindo-os na verdade) face a ameaça de demissões. Bem como o Brasil, cujo governo federal investiu fortemente no estabelecimento de acordos trilaterais (Estado, patrão, empregado) para evitar o aumento do desemprego no setor automobilístico, com as chamadas “Câmaras Setoriais”, iniciadas em 1992. Os acordos de redução das alíquotas de imposto sobre o automóvel viabilizados pelo governo FHC neste ano de 1999 também devem ser compreendidos nesta ótica.

Até mesmo o sindicalismo de perfil ideológico mais combatido como a CUT passa a ter uma orientação contornada pelo objetivo de propor saídas para as crises conjunturais e estruturais do capital em detrimento de uma perspectiva de independência em relação ao Estado e ao empresariado. As Câmaras Setoriais são o resultado dessa inflexão. O acordo das Câmaras Setoriais estabelecido em 1992 pretendia, em suas linhas gerais, conseguir um entedimento entre Estado, Empregadores e Empregados no sentido de fazerem concessões que possibilitassem a permanência e o aumento de patamares produtivos dos anos anteriores. Assim, padrões diminuem sua margem de lucro, Estado diminui sua carga fiscal sobre a indústria automobilística e empregados assumem compromissos de produtividade e de estabilização do processo produtivo

(não realizam greves). Contudo, apenas seis meses decorridos após o acordo, viu-se bem quais os seus resultados. Diferentemente das promessas que lhe deram parâmetros, o nível de emprego baixou significativamente de 118.926 postos para 116.834. Ou seja, aumentou 2.092 trabalhadores desempregados. Tudo isso, é bom lembrar, foi realizado justificado na ameaça da diminuição de postos de trabalho.

No Brasil as centrais sindicais chegaram ao requinte de proporcionar serviços de "recapacitação" e "reintegração" dos trabalhadores desempregados, tais como cursos na área de informática e similares. Ou então, criando programas de cadastramento de desempregados para possíveis vagas no mercado de trabalho. São estratégias que revelam um posicionamento político de aceitação do capitalismo, já que noutros tempos os trabalhadores opuseram-se ao desemprego exigindo a redução da jornada de trabalho sem redução de salário e, sobretudo, organizando-se para o enfrentamento como fizeram no Brasil no início da década de 1980, criando o "Movimento de Luta Contra o Desemprego".

Não há como negar que a ameaça posta sobre o próprio emprego tem levado os trabalhadores a se intimidarem frente ao capital. Aceitam condições antes inaceitáveis, embora existam alguns casos que desmintam isso. Os sindicatos têm menos força. Sofrem de uma avaliação que perpassa suas direções em todo o mundo - com poucas exceções - profundamente derrotista, que desanima a adoção de qualquer estratégia mais ofensiva. Isto, porque aceitam a realidade como um dado da natureza, como se ela não fosse o resultado de uma dinâmica social onde se contrapõem constantemente interesses de classes.

Esta é a situação em que se encontra o sindicalismo mundial, grosso modo. As centenas de milhares de trabalhadores que já tiveram um trabalho formal e coberto pelas garantias e conquistas da classe estão agora inundando o chamado "mercado informal". E o mais curioso é que, mesmo sendo eles os mais penalizados com o desemprego e a faceta sindical conciliatória, as principais movimentações no Brasil que têm alcançado visibilidade na mídia e na política emanam deles: camelôs, perueiros, catadores de papel etc.. Além desse fator, as próprias experiências tentadas pelas Centrais Sindicais começam a colocar definitivamente a perspectiva "reformista" em questão. O balanço ao fim de uma estratégia como a das Câmaras Setoriais forçosamente precipita os trabalhadores a pensarem que não resta outro caminho senão o de enfrentar o capitalismo, compreendendo que sob sua égide não há solução viável para os que trabalham. Compreender como se dão os atuais enfrentamentos como os dos perueiros e camelôs refaz necessariamente o itinerário da pesquisa sobre os "mundos do trabalho", uma vez que esses "excluídos" na verdade não estão fora do circuito de produção capitalista. Com efeito, o referencial para esse novo itinerário deve partir do pressuposto de que não há dois *capitalismos* -

o formal e o informal - no mundo de hoje, senão que permanece o impasse da organização social capitalista criando e recriando formas que permitam a extração da mais-valia e a perpetuação da desigualdade social. Entender essa realidade requer pesquisa e reflexão. Percebemo-nos socialmente inseridos nela implica organização sindical e luta.

Precarização: Um Panorama sobre as Condições de Vida e Trabalho dos Catadores de Recicláveis.

Gervasio Cezar Junior.

É visivelmente expressivo o número de pessoas que trabalham com a coleta de recicláveis. É só andarmos alguns quarteirões de nossas casas, ou formos até o “lixão” mais próximo, e veremos homens, mulheres e até mesmo crianças que sobrevivem, a muito custo, da coleta de material reciclável.

A primeira impressão que a maioria da população tem dessas pessoas é geralmente muito ruim. Criou-se um pré-conceito em torno da figura do catador de reciclável, por ser um sujeito que não se veste aos moldes da “cultura moderna capitalista”, ou seja, os catadores geralmente estão vestidos com roupas bastantes sujas e em estado de deterioração, não porque gostam, mas por não terem condições de adquirirem outras vestimentas, ou mesmo aquelas que se encontravam em bons estados acabam se deteriorando por conta do contato direto com o lixo.

Muitas pessoas que olham os catadores os percebem como vagabundos, “fedorentos”, bêbados e até mesmo ladrões. Mas o que a maioria da população não procura analisar diz respeito às condições de vida dessas pessoas, as condições de trabalho em que elas atuam. Em meio o lixo estão famílias inteiras, os chamados “moradores do lixo”.

Muitos dos catadores de recicláveis moram em seu próprio “local de trabalho”, ou recolhem o material nas ruas e retornam ao final do dia para seus “barracos” (local onde muitos deles, sem muitas perspectivas futuras de vida, em chamar de lar). Geralmente “barracos de papelão”, sem nenhuma condição ideal de moradia, não há água encanada, nem saneamento básico, nem rede de esgoto, e além disso disputam o mesmo espaço com bactérias e alguns animais como urubus, tatus e ratos.

Alguns destes trabalhadores estão há tanto tempo neste “serviço” que a única expectativa de vida que possuem é trabalhar enquanto possuírem saúde, enquanto seu corpo agüentar. Mas pensemos: até quando essas pessoas possuem saúde? Será que os catadores de recicláveis não estão trabalhando por pura teimosia, apenas por sua força de vontade em viver? O fato é que estes trabalhadores lidam cotidianamente com resíduos tóxicos, tocam constantemente em materiais insalubres, se expõem diretamente ao sol forte o dia todo, e dividem o mesmo território com animais que transmitem doenças, como ratos e pombos. Estes “moradores do lixo” estão expostos a adquirir doenças da pele e leptospirose, parasitoses, entre outras.

Para além de todos estes problemas, eles ainda têm que conviver com o dilema de receberem mal, não possuírem os direitos de um trabalhador com carteira assinada e ao mesmo tempo

conviverem em um mundo voltado a desigualdade social. Parece-me que estas pessoas nasceram e receberam a seguinte missão, SOBREVIVA!

O fato é estes “sobreviventes” ganham em torno de R\$300,00 mensais, e não possuindo nenhum auxílio, a previdência não possuem nenhum direito legal de trabalho e aposentadoria. Para “ajudar” estas pessoas surgem as diversas cooperativas de reciclagem. Estas, por sua vez, alugam os equipamentos de trabalho para os catadores, para que estes possam trabalhar. Mas os catadores de recicláveis têm metas a cumprir, pois como agora estes alugam os equipamentos, eles têm que produzir para eles próprios e também para os detentores dos equipamentos, ou seja, a cooperativa é um meio de extrair a mais-valia do catador. Quem na realidade lucra é a cooperativa, e os capitalistas que compram o material recolhido por esta. O trabalhador ainda continua recebendo a mesma miséria.

Essas cooperativas usam então a propaganda de que houve melhorias nas condições de trabalho dos catadores de recicláveis, eles podem até ter equipamentos mais bonitos, mais ainda continuam morando em “barracos de papelões”.

Os jovens no mercado de trabalho hoje

Priscila Marchini Marins

O mundo contemporâneo é marcado por várias mudanças econômicas que afetaram a reestrutura produtiva no Brasil. O governo brasileiro adotou medidas para incrementar os setores industrial e de serviços, na medida em que a sua presença no plano das políticas sociais foi sendo reduzido aos poucos. A abertura da economia do Brasil ao capital estrangeiro - que se disfarça nos termos globalização -, flexibilização no mercado de trabalho, projeto dominante como o neoliberalismo, reestruturação produtiva, entre outros, resultou num processo de precarização do trabalho e aumento da desigualdade social. A questão social, abrangendo toda estrutura de classes no Brasil, comprova a precária situação do emprego e do desemprego – em especial os lugares das mulheres e dos jovens no mundo do trabalho-, as condições das negociações salariais, as leis trabalhista e as políticas do emprego.

Essas modificações são observadas com a transformação do mundo do trabalho, que tem como característica marcante a degradação das condições do mercado de trabalho, com a subcontratação e a informalidade, na incorporação e adaptação de novas tecnologias, entre outras conseqüências. Diante disso, o desemprego afeta diversos grupos sociais, uma massa de excluídos que tem suas chances de acesso ao mercado de trabalho formal reduzidas.

Com a abertura da economia brasileira ao capital estrangeiro, a questão do trabalho passou a compreender os programas destinados à melhoria do funcionamento do mercado, com o Estado atuando marginalmente sobre a demanda e a oferta de força de trabalho. A crise no mundo do trabalho não pode ser desenraizada de seus momentos históricos e estruturais, no caso do Brasil. Para compreender o problema do emprego e as condições sociais que afetam tanto nossas vidas hoje, é preciso compreender e entender o lugar do trabalho e dos direitos sociais diante de uma política econômica voltada para o mercado.

Trabalho feminino, movimento de contestação

Carlos Mauricio Trindade

A globalização, sendo um efeito de uma política imperialista expansionista de caráter mundial, modificou as relações de trabalho, estimulando uma política de competição mundial. O capitalismo causou imensas perdas aos trabalhadores por todo mundo, cortes de custos de produção, aumento da flexibilidade do trabalho, terceirização, empregos temporários e para assim dificultar cada vez mais o trabalho dos sindicatos.

Os atos de exploração da classe trabalhadora são muito comuns para aumentar a acumulação de capital, inclusive a diferenciação sexual de trabalho, que consiste em uma forma degradante de diferenciação entre homens e mulheres, diferenças de salários, condições de trabalho, etc.

No século XVIII, teve início o moderno movimento feminista, que teve como objetivo principal lutar contra a dominação masculina patriarcal, buscando o fim da hierarquia entre homens e mulheres, lutando pela igualdade política, social e econômica entre os sexos.

Do século XVIII até os dias atuais, surgiram várias ramificações do movimento feminista, entre elas o Feminismo Pragmático, que por sua vez tem suas raízes na luta por direitos das mulheres na área fabril e serviços doméstico. Lutando contra a exploração capitalista, que tem como princípio exploração do trabalho feminino inferiorizado, diante dessa ordem as trabalhadoras enfrentam e reivindicam o fim da discriminação do trabalho feminino, mesmas condições de trabalho e salários iguais aos dos homens etc.

Se considerado o trabalho doméstico ou a chamada “dupla jornada de trabalho” as mulheres trabalham cerca de 20 a 30% a mais que os homens em geral, e o mais interessante é que as mulheres ganham até 30 % a menos que os homens, mesmo na mesma função. Na moderna divisão de trabalho capitalista as mulheres são cada vez mais empurradas para funções distintas, consideradas mais relevantes e compreensivas, assumem trabalhos na área de educação, secretariado e na área bancária.

Doenças do trabalho: uma das consequências da precarização

Rita Kneib.

Com as mudanças na organização do trabalho, terceirização, crescimento do setor informal, flexibilização dos direitos trabalhistas, a carga de trabalho tende a aumentar e as tarefas são mal divididas, além da assistência médica deixar de ser garantida ao trabalhador. Nessa condição de trabalho, surge uma série de problemas que afetam a saúde dos trabalhadores. Desde doenças psicológicas a doenças físicas, acabam aparecendo em qualquer profissão. Algumas dessas doenças são o LER, o estresse até mesmo problemas de depressão e hipertensão.

O LER, lesão por esforço repetitivo, é uma doença que afeta a musculatura e os tendões, e pode levar ao afastamento da atividade profissional, por invalidez ou aposentadoria precoce. É muito comum em setores financeiros, administrativos e no comércio, devido ao grande uso de computador. Também afeta o setor da saúde, graças à modernização tecnológica, o que não permite dúvidas quanto a sua relação com a informatização e automação.

A pressão que é gerada no ambiente de trabalho e na competição característica do sistema capitalista, faz com que as pessoas sofram de problemas de saúde que podem ser psicopatológicos, psicossomáticos e/ou comportamentais. E pode ser agravado por humilhações, comportamento injusto, agressivo, dentro do local de trabalho, geralmente causado por abusos de poder e relações autoritárias. Caracterizado assim, o chamado assédio moral pode acarretar, além de inúmeras doenças, o isolamento social e até mesmo a demissão.

Há também o *burnout*, uma espécie de exaustão mental e emocional no trabalho. Ocorre devido a frustrações, ao sentimento de inadequação por não conseguir alcançar o nível ou colocação dos demais e pode levar a uma perda de idealismo, além de doenças como pressão alta, dores de cabeça, ansiedade e depressão. É muito comum em setores fortemente competitivos, onde poucos se sobressaem aos demais, embora todos trabalhem.

Contudo, é notável que a precarização do trabalho não afeta só os trabalhadores braçais e de baixa remuneração, como também profissões consideradas nobres. Pois quando o trabalhador perde seus direitos, como assistência médica, ou quando nunca os tem, fica mais suscetível a doenças porque não há uma prática preventiva e nem uma preocupação com a saúde. Assim como, quando o mercado de trabalho é restringido e a competição aumenta, intensifica-se a cobrança e a carga de trabalho, mesmo que se saiba que não há espaço para todos. O que comprova a situação de deteriorização das condições laborais.